



226

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**CORTE ESPECIAL**  
**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0202876-6.**  
**SUSCITANTE: DES. ANTÔNIO CARLOS ALVES DA SILVA**  
**SUSCITADO: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**  
**DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

5684

**EMENTA: PROCESSO CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. APELAÇÃO INTERPOSTA CONTRA SENTENÇA ORIUNDA DE VARA FAZENDÁRIA. MUNICÍPIO FIGURANDO COMO APELADO. INTERESSE DA FAZENDA PÚBLICA. COMPETÊNCIA DA 7ª CÂMARA CÍVEL. CÂMARA PRIVATIVA FAZENDÁRIA.**

1. O art. 79 do atual Código de Organização Judiciária de Pernambuco (Lei Complementar nº 100, de 21 de novembro de 2007), prevê que é de competência do juízo da fazenda pública processar e julgar os feitos em que figurem como parte os municípios.
2. Nos moldes do art. 25-A do Regimento Interno deste Tribunal, os recursos interpostos contra pronunciamentos judiciais exarados pelos juízes de primeiro grau, nos feitos da Fazenda Pública são de competência da 7ª e da 8ª Câmaras Cíveis;

**A C Ó R D ã O**

ACORDAM os Desembargadores que integram a Corte Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em declarar a competência do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo, tudo de conformidade com os votos constantes das Notas Taquigráficas anexas e com o Relatório que as integra.

Recife, de de 2010.

Leopoldo de Arruda Raposo - Des. Relator



227

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**CORTE ESPECIAL**

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0202876-6.**

**SUSCITANTE: DES. ANTÔNIO CARLOS ALVES DA SILVA**

**SUSCITADO: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**

**DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Conflito de Competência Negativo suscitado pelo Des. Antônio Carlos Alves da Silva, que se considerou incompetente para julgar a apelação cível nº 0166251-1, por entender que esta deve ser julgada pelo Des. designado originariamente, Des. João Bosco Gouveia de Melo, uma vez que nos autos observa-se que figura como apelado o município de Jaboatão dos Guararapes, tratando-se, portanto, de matéria de interesse da Fazenda Pública.

O Des. João Bosco Gouveia de Melo entendeu não ser competente para julgar a referida apelação, por não ter competência para julgar os feitos contra a Compesa. Ao pronunciar-se, o eminente desembargador manteve seu entendimento e ressaltou que, caso reste comprovado o interesse do município de Jaboatão dos Guararapes, ele reconheceria a sua competência.

A Procuradoria Geral de Justiça em parecer de sua layra, às fls. 19 à 21, opinou no sentido de que a competência seja do relator originário, Des. João Bosco Gouveia de Melo, já que ficou comprovado o interesse do município de Jaboatão dos Guararapes.

É o que importa relatar.

Recife,

  
Leopoldo de Arruda Raposo  
Desembargador Relator.



228

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**CORTE ESPECIAL**

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0202876-6.**

**SUSCITANTE: DES. ANTÔNIO CARLOS ALVES DA SILVA**

**SUSCITADO: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**

**DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

**VOTO**

Com efeito, a 7ª Câmara Cível é competente para julgar os recursos interpostos contra pronunciamentos judiciais exarados pelos juízes de primeiro grau, nos feitos da Fazenda Pública, nos termos do artigo 25-A, II, "a" do Regimento Interno deste tribunal.

A apelação que suscitou este conflito negativo de competência é decorrente de ação ordinária que tramitava na 2ª Vara da Fazenda Pública de Jaboatão dos Guararapes/PE, em que figurou como réu, ora apelado, o município de Jaboatão dos Guararapes.

De fato, os feitos em que figurem como parte o Estado Federado ou o Município, respectivas autarquias, empresas públicas e fundações instituídas ou mantidas pelo poder público são de interesse da Fazenda Pública, conforme o art. 79 da Lei Complementar Estadual nº100.

Diante de tais argumentos, observa-se a competência do Des. João Bosco Gouveia de Melo, relator originário e componente da 7ª Câmara Cível deste tribunal, tendo em vista que o Regimento Interno do TJPE, em seu artigo 25-A, estabelece que a referida Câmara bem como a 8ª Câmara Cível tem competência privativa fazendária e de previdência pública. Assim, os recursos oriundos de varas fazendárias devem ser apreciados e julgados pelas Câmaras fazendárias, nos termos do artigo 25-A, II, "a", do RITJPE.

Ante o exposto, em consonância com o artigo 25-A, II, "a" do RITJPE, declaro o Desembargador João Bosco Gouveia de Melo competente para processar e julgar a Apelação Cível nº 0166251-1.

É como voto.

Recife,

  
Leopoldo de Arruda Raposo  
Desembargador relator